

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO VERSUS DISCLOSURE AMBIENTAL: A COMPOSIÇÃO INTERFERE NA QUANTIDADE DE INFORMAÇÕES DIVULGADAS?

Anderson Rodrigo Quoos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Eda Cristina Benkendorf

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Gilmar Ribeiro de Mello

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO

Este artigo, analisa se existe relação entre a estrutura de governança corporativa e o disclosure ambiental, nas empresas que divulgam o relatório de sustentabilidade no Brasil, conforme os padrões do *Global Reporting Initiative* (GRI). Levantou-se a discussão sobre a eficácia com que a Governança Corporativa está sendo aplicada, nos conselhos de administração das empresas, mostrando como diversos aspectos podem interferir na divulgação de informações da esfera ambiental, tais como: tamanho do conselho, independência do conselho, mulheres no conselho, número de reuniões do conselho, por ano, e existência de um comitê de sustentabilidade. O estudo caracteriza-se como descritivo, quantitativo e utilizou análise documental, e para verificar a influência da estrutura do conselho de administração, na qualidade do disclosure ambiental, foi aplicado a análise de regressão linear múltipla. Em conformidade com os resultados, apenas as variáveis, “mulheres no conselho” e “existência de um comitê de sustentabilidade”, mostraram ser significativos, na amostra de 76 empresas selecionadas, enquanto que as outras variáveis não possuem influências na divulgação, para a amostra selecionada. Com isso, percebeu-se nos resultados, que um número maior de diretoras no conselho e a presença de um Comitê de Sustentabilidade influenciam positivamente a divulgação de informações ambientais, nos relatórios de sustentabilidade. Para futuras pesquisas, sugere-se um aprofundamento e ampliação das variáveis relacionadas aos elementos do conselho de administração, bem como, aumento no número de opções de relatórios, utilizando também empresas que divulgam em outros padrões, além do GRI.

Palavras-Chaves: Disclosure Ambiental; Conselho de Administração; Governança Corporativa.

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual em que as empresas estão inseridas, realizar rupturas estratégicas para se manterem competitivas no mercado é algo essencial, caso contrário, as mesmas não conseguirão atingir os interesses dos *Stakeholders* (*partes interessadas*) (Kao, 2016). Para isso, uma ferramenta importante que se deve focar é a Governança Corporativa (GC), pois é através dela que a empresa pode identificar e priorizar os interesses dos acionistas (*shareholders*) e das partes interessadas, para que assim a organização atue de maneira a garantir os objetivos destes (Aguilera & Cuervo-Cazurra, 2004; Aguilera, Desender, Bednar & Lee, 2015). Um sistema de GC estruturado, garante que regras, códigos e contratos, que orientam as ações da empresa, sejam cumpridos (Kao, 2016).

Segundo Rêgo (2017), a GC foi criada para diminuir os conflitos de agência e de assimetria informacional. Para Jensen e Meckling (1976), o relacionamento de agência ocorre quando o principal encarrega outra pessoa (agente), para realizar o serviço em seu nome, ou seja, os proprietários da empresa delegam algumas decisões e uma certa autoridade a estes

indivíduos. O sistema de GC compreende uma combinação entre mecanismos internos e externos e no que diz respeito aos mecanismos internos, pode-se destacar o conselho de administração, práticas de disclosure, sistema de incentivos e concentração acionária (Kao, 2016).

O conselho de administração, tem papel fundamental na GC das organizações, sendo considerado o principal mecanismo interno, que trabalha na diminuição dos conflitos de agência. Sendo assim, diversas partes interessadas, que atuam no mercado, associam o referido conselho ao sinônimo de Governança Corporativa (Silveira, 2002). Um quesito que deve ser administrado pelo mesmo, é do *triple bottom line*, que ocorre quando a empresa está preocupada e direciona as suas decisões para as esferas ambientais, sociais e econômico-financeiras, de forma integrada (Benites & Polo, 2013). Desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, a responsabilidade social corporativa (RSC), subiu nas prioridades da governança (Hussain, Rigoni & Orij, 2018). Segundo Bowen (1953), a RSC ocorre quando uma empresa expressa uma moralidade nas relações com a sociedade.

As três dimensões são importantes, porém na atualidade, as partes interessadas estão valorizando mais as questões ambientais em que as empresas estão envolvidas, pois o objetivo não é apenas cumprir com as obrigações impostas, mas também manter sua imagem no meio em que estão inseridas, por uma questão de sobrevivência organizacional e competitiva (Benites & Polo, 2013; Moreira, Gomes, Dias Filho & Conceição, 2014; Bomfim, Teixeira & Monte, 2015). Uma prática recomendada para a governança, é a divulgação de informações sobre o desempenho da empresa, pois diante das pressões dos *stakeholders*, as organizações devem prestar contas para a sociedade (Kao, 2016).

Um relatório utilizado para verificar o que está sendo realizado, é o Relatório de Sustentabilidade, em que empresas brasileiras seguem normalmente o padrão do IIRC (*International Integrated Reporting Council*), da GRI ou um misto dos dois padrões (Mantovani, Jael, Lee, Bezerra & dos Santos, 2017; Ferreira, 2018). Para equilibrar as ações, uma opção de direcionamento/controle interno da empresa, é a mesma possuir uma governança corporativa constituída, fazendo com que os objetivos da organização e dos *stakeholders*, sejam seguidos. A partir dessa situação, a presente pesquisa possui o seguinte problema: **existe relação entre a estrutura do conselho de administração e o disclosure ambiental nas empresas que divulgam o relatório de sustentabilidade no Brasil?**

Com base neste problema, o presente estudo tem como objetivo, levantar a discussão sobre a eficácia com que a Governança Corporativa está sendo aplicada, nos conselhos de administração das empresas, mostrando como diversos aspectos podem interferir na divulgação de informações da esfera ambiental. Segundo Hussain et al. (2018), as variáveis mais utilizadas na literatura, para descrever a estrutura do conselho de administração são: tamanho do conselho, independência do conselho, mulheres no conselho, número de reuniões do conselho por ano e existência de um comitê de sustentabilidade, ou diretor de RSC. Os autores realizaram uma revisão de 31 estudos publicados anteriormente, no período de 1992 a 2014, para levantar as variáveis mais utilizadas e para verificação das características presentes nos conselhos de administração, das organizações analisadas.

Apresenta-se, a seguir, o referencial teórico da temática proposta, bem como, as hipóteses a serem estudadas, também a metodologia aplicada, a amostra pesquisada, o método, a apresentação e análise dos resultados, as conclusões e por fim, as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da Agência e Governança Corporativa

A literatura existente, mostra que a Teoria da Agência é uma das vertentes mais utilizadas, para explicar a relação entre a governança e o desempenho da sustentabilidade

(Hussain et al., 2018). Esta Teoria, aborda o problema que pode ocorrer, quando há a separação entre o principal e o agente, quer dizer, quando os objetivos e atitudes de ambos é conflitante (Eisenhardt, 2015). O agente é o tomador de decisão e o principal é aquele que delega as decisões para terceiros (Jensen & Meckling, 1976). A teoria da Agência também explica, a relação conflitante entre gerentes e partes interessadas, podendo ocorrer assimetria de informações, conflitos de interesses e comportamentos oportunistas dos agentes (Hussain et al., 2018). Essencialmente, as pessoas procuram maximizar o seu bem estar pessoal, porém em uma organização, o que deve prevalecer é o interesse da empresa (Silveira, 2010).

Como mecanismo para reduzir os conflitos de agência, tem-se a Governança Corporativa, que pode ser um meio para lidar e minimizar as divergências que ocorrem. Segundo Michelin e Parbonetti (2012), uma governança eficaz aumenta a legitimidade de uma empresa e uma governança interna efetiva, consegue responsabilizar os agentes por suas ações (Li, Pike & Haniffa, 2008).

Com este contexto, serão abordadas neste tópico, as características mais estudadas da GC, que são: tamanho do conselho, independência do conselho, mulheres no conselho, número de reuniões do conselho e a existência de um comitê de sustentabilidade, sendo que para cada uma das características, desenvolveu-se uma hipótese.

2.2 Tamanho do Conselho de Administração

O conselho de administração (CA), é um órgão que tem a responsabilidade de tomar decisões para os proprietários e dentre as suas atividades, pode-se citar: o monitoramento das decisões, supervisão da gestão, contratações, demissões e definição da remuneração dos executivos (Andrade, Salazar, Calegário & Silva, 2009; Gondrige, Clemente & Espejo, 2012). Estas tarefas, exercidas pelo conselho, minimizam os custos de agência, que podem surgir por conta da separação entre a propriedade e o controle (Dal Vesco, 2013).

Em relação ao tamanho do conselho, Silveira (2002) e Hussain et al. (2018), argumentam que a eficiência do grupo diminui com o aumento do número de membros. Para Lipton e Lorsch (1992) e Jensen (1993), os conselhos normalmente não devem ser constituídos por mais que oito pessoas, já o IBGC, orienta que os conselhos tenham no mínimo 5 e no máximo 11 membros (IBGC, 2017). O tamanho do conselho é uma das principais determinantes da sua eficiência (Amran, Lee & Devi, 2014; Lorenzo & Sanchez, 2010). No que diz respeito à sustentabilidade, os estudos empíricos possuem resultados fragmentados, para a relação do tamanho do conselho e as práticas de sustentabilidade (Hussain et al., 2018). Tomando essa perspectiva, pode-se levantar a seguinte hipótese orientadora:

H₁ - O tamanho do conselho, afeta negativamente a divulgação de informações ambientais, nos relatórios de sustentabilidade.

Com o tamanho do conselho definido, parte-se para a identificação das características destes conselheiros, primeiramente em relação a sua independência.

2.3 Independência do Conselho

A independência do conselho, ocorre quando parte dele é composto por conselheiros externos, sendo este um atributo indispensável (Gondrige et al., 2012). De acordo com a Teoria da Agência, um conselho de administração mais independente, pode controlar e monitorar melhor as ações dos agentes e de acordo com a Teoria das Partes Interessadas, a independência do conselho tem uma relação positiva com o desempenho sustentável, pois os diretores externos ficam menos sujeitos às pressões dos gerentes e acionistas (Hussain et al., 2018).

De acordo com a instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, a maior parte do conselho de administração, deve ser composta por membros externos e ainda, no mínimo um

terço independente. As empresas também devem divulgar quem são os conselheiros independentes e as informações que estão relacionadas a eles. Os membros independentes, têm incentivos para melhorar as práticas de divulgação, pois a sua reputação depende do seu desempenho e assim, o mesmo serve como mecanismo de controle gerencial e ainda são vistos como uma ligação da empresa com seus *stakeholders* (Amran et al., 2014). A independência de parte do conselho é essencial, para que os interesses dos acionistas prevaleçam (Carter, Simkins & Simpson, 2003).

Em relação aos estudos internacionais anteriores, a relação encontrada entre o número de conselheiros independentes e as iniciativas de sustentabilidade, foi insignificante (McKendall, Sánchez & Sicilian, 1999; Cormier, Ledouk & Magnan, 2011; Michelon & Parbonetti, 2012; Allegrini & Greco, 2013). A pesquisa de Matos e Góis (2013), investigou as características do conselho de administração das empresas e o nível de divulgação de informação sobre RSC, por parte das companhias listadas na Bolsa de Valores de Lisboa. Como um dos resultados, a proporção de conselheiros não executivos que integram o conselho, influencia as práticas de divulgação de RSC, já a independência do conselho não confirmou as hipóteses iniciais e como fechamentos, os autores afirmam que as evidências empíricas encontradas são frágeis, para afirmar uma relação entre o conselho de administração e a divulgação do RSC.

No trabalho de Rêgo, Vasconcelos e Dos Santos (2018), o objetivo foi analisar a influência da estrutura de GC das companhias abertas brasileiras e de suas características institucionais, na qualidade do disclosure socioambiental. Como resultados, identificou-se que a proporção de membros independentes, é capaz de influenciar o nível de disclosure socioambiental, semelhante aos achados de Ionel-Alin et al. (2012).

Com isso, para verificar como ocorre no Brasil, pode-se levantar a seguinte hipótese orientadora:

H₂ - A independência do conselho, afeta positivamente a divulgação de informações ambientais, nos relatórios de sustentabilidade.

Após a realização do levantamento, no referencial teórico em estudo, com relação a interferência exercida pela independência do conselho, na divulgação das informações ambientais, passou-se a verificar se a presença de mulheres no conselho, pode interferir na divulgação dos dados relacionados à sustentabilidade.

2.4 Mulheres no Conselho

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2017), estimula a promoção da diversidade na composição do CA, com profissionais de diferentes perfis, experiências e visões de mundo, considerando que a diversidade favorece a pluralidade de argumentos, possibilitando um processo de tomada de decisão com mais qualidade e segurança, isto é, um conselho diversificado pode ser mais ativista, proporcionando uma melhora na supervisão dos relatórios da empresa (Naciti, 2019; Santos, Santos & Leite Filho, 2019).

Estudos desenvolvidos por Bart e McQueen (2013), consideram que as mulheres, em algumas decisões, são significativamente mais eficazes que os homens. Elas tomam decisões usando seu “complexo raciocínio moral”, o que implica em reconhecimento e consideração dos direitos de terceiros e a equidade por meio da cooperação social (Naciti, 2019). Outra série de estudos empíricos indica que a presença de mulheres em uma CA, afeta o desempenho agregado da Responsabilidade Social Corporativa. Zhang, Zhu e Ding (2013), mostraram que altos desempenhos de RSC, estão associados a uma maior presença de mulheres no CA (Naciti, 2019).

Em outro estudo, Post, Rahman e McQuillen (2015), explicam que em CA com três ou mais mulheres, os administradores têm maior consideração pelas questões ambientais (Naciti, 2019). Amparados por essa discussão, levanta-se a seguinte hipótese orientadora:

H₃ – Maior número de mulheres no conselho impacta positivamente a divulgação de informações ambientais, nos relatórios de sustentabilidade.

Com a abordagem sobre a presença de mulheres no conselho concluída, outro aspecto que pode ter relação com a divulgação de informações ambientais, é o número de reuniões realizadas.

2.5 Número de reuniões do conselho por ano

A frequência com que ocorrem as reuniões do conselho de administração, é utilizada para medir o nível de atividade e atuação do grupo. As reuniões do conselho, são benéficas para os acionistas, conforme estudo de Lipton e Lorsch (1992), e eles sugerem que o problema mais frequente compartilhado pelos diretores é a falta de tempo para desempenhar suas funções (Vafeas, 1999).

Alguns estudiosos, consideram que as reuniões mais frequentes espelham a incapacidade dos diretores, o que afeta seu desempenho (Vafeas, 1999), enquanto outros, afirmam que isso representa a eficácia do conselho, possibilitando um melhor acompanhamento das operações da empresa e motiva-as a aumentarem a sua transparência (Hussain et al., 2018). Outra pesquisa, realizada por Frias-Aceituno, Rodriguez-Ariza & Garcia-Sanchez (2013), relata uma relação negativa entre o número de reuniões do conselho, por ano, e a transparência ambiental. Além disso, Ricart, Rodríguez & Sánchez (2005), observaram que, na maioria das reuniões do conselho, são discutidas questões de sustentabilidade.

O estudo deles, revela um impacto positivo do conselho, em reuniões sobre desempenho em sustentabilidade. Embora seja plausível pensar que reuniões mais frequentes do conselho de administração, possam ser uma indicação de problema financeiro de uma empresa, pesquisas desenvolvidas sob as premissas da teoria da agência mostram que, quando os diretores se preocupam mais com os interesses dos acionistas do que com os detentores de dívida, seu incentivo ao trabalho diminui, à medida que a empresa se torna mais angustiada financeiramente (Jensen, 1993; Vafeas, 1999; Hussain et al., 2018).

Com base nas informações apresentadas anteriormente, considera-se o estudo de Hussain et al. (2018), que aborda uma perspectiva da teoria da agência, considerando o número de reuniões do conselho como um sinal de diligência e estabelecendo uma relação positiva entre a frequência das reuniões do conselho e o desempenho de sustentabilidade.

H₄ - O número de reuniões do conselho tem um impacto positivo na divulgação de informações ambientais, nos relatórios de sustentabilidade.

Com o número de reuniões embasado, outro aspecto que pode modificar a divulgação de informações ambientais, é a presença de um comitê de sustentabilidade.

2.6 Comitê de Sustentabilidade

Um comitê de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), apresenta relatórios sobre várias questões de responsabilidade social e sustentabilidade. A presença de um comitê de RSC na empresa, indica responsabilidade por questões de sustentabilidade, no nível do conselho de administração (Burke, Hoitash & Hoitash, 2019).

O estudo de Burke et al. (2019), concluiu que um grande quadro de diretoria, que inclui uma diretora e um comitê de RSC, possui maior capacidade para verificar e controlar as

decisões de gestão, sobre questões de sustentabilidade (econômica, ambiental e social), o que resulta em uma melhor divulgação da sustentabilidade. Os comitês de RSC, como um importante mecanismo de governança da sustentabilidade, devem ser incentivados ou tornados obrigatórios (Burke et al, 2019). A literatura revela relações irrelevantes e positivas, entre um comitê de sustentabilidade e o desempenho de sustentabilidade. McKendall et al. (1999) e Rodrigue, Magnan e Cho (2013), expõem uma relação irrelevante entre um Comitê de RSC e violações e desempenho ambiental, mutuamente.

Já, Spitzack (2009), com base em um estudo de empresas britânicas, confirma um impacto positivo e significativo, da presença de um comitê de RSC nas práticas de RSC. Nas pesquisas de Liao, Luo e Tang (2015), que estudaram empresas do Reino Unido, percebeu-se que há uma ligação positiva entre um comitê de RSC e projetos de divulgação de carbono. Da mesma forma, Ionel-Alin, Emil e Maria (2012), em seus estudos, encontraram uma relação positiva entre um comitê de RSC e certos aspectos do desempenho de sustentabilidade. Com base nesses resultados e tendo em vista, os estudos de Hussain et al. (2018), e ainda, considerando os argumentos das teorias básicas, espera-se encontrar uma relação positiva entre a existência de um comitê de sustentabilidade e o desempenho de sustentabilidade.

H₅ - A existência do comitê de sustentabilidade afeta positivamente a divulgação de informações ambientais, nos relatórios de sustentabilidade.

3 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como descritivo, quantitativo e utilizou-se a análise documental (Beuren, Longaray, Raupp, Souza, Colauto & Porton, 2009). A população da pesquisa, compreende 427 empresas de capital aberto, listadas no formulário Relate ou Explique para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, disponível no site da B3. A partir disso, pode-se observar a Tabela 1.

Tabela 1
Formação da Amostra

Operação	Descrição	Nº de empresas
	População (empresas listadas no formulário Relate ou Explique da B3), em 03/11/2019.	427
(-)	Empresas que não Divulgam Relatório de Sustentabilidade conforme o Relate ou Explique divulgado pela B3.	264
(-)	Empresas que não seguiram o padrão GRI.	35
(-)	Instituições Financeiras.	14
(-)	Empresas do mesmo grupo financeiro.	17
(-)	Empresas com relatórios que apresentam inconformidades	21
(=)	Total de relatórios	76

Fonte: dados da pesquisa (2020).

A primeira etapa, para delimitação da amostra, consistiu na consulta ao website de cada uma dessas companhias, para verificação da existência de relatório de sustentabilidade nos padrões GRI, do ano de 2018. Ressalta-se que a amostra foi definida a partir da listagem de empresas na B3, em 03/11/2019, quando foram selecionadas as empresas para o estudo.

Para operacionalização da pesquisa, foram coletados indicadores acerca da estrutura de governança e dados ambientais das empresas, obtidos mediante análise documental de formulários de referência, demonstrações financeiras padronizadas e relatórios de sustentabilidade. Todo o detalhamento desses dados (variáveis), encontra-se explicitado na Tabela 2.

Tabela 2
Construto da Pesquisa

Categoria	Indicador	Natureza da Variável	Mensuração	Fonte/Autores
Qualidade do Disclosure Ambiental	Informações Ambientais	Dependente	Cálculo do percentual de aderência ao relatório do modelo GRI	Relatórios de sustentabilidade modelo GRI, no campo das evidenciações ambientais
Estrutura de Governança	Tamanho do Conselho de Administração	Independente	Número de membros titulares	(Silveira, 2002; Hussain et al., 2018; Lipton & Lorsch, 1992; Jensen 1993; Amran et al., 2014; Lorenzo & Sanchez, 2010)
	Independência do Conselho	Independente	Proporção do número de membros independentes, em relação ao total de titulares	(Gondrige et al., 2012; Hussain et al., 2018; Amran et al., 2014; Carter et al., 2003; McKendall et al., 1999; Cornmier et al., 2011; Michelon & Parbonetti, 2012; Allegrini & Greco, 2013)
	Mulheres no Conselho	Independente	Percentual de conselheiras em relação ao tamanho do conselho	(Naciti, 2019; Santos et al., 2019; Post et al., 2011)
	Número de reuniões do conselho por ano	Independente	Número de reuniões	(Lipton & Lorsch, 1992; Jensen, 1993; Vafeas, 1999; Hussain et al., 2018; Allegrini & Greco, 2013)
	Comitê de Sustentabilidade	Independente	Variável dummy, atribuindo-se o valor “1” para empresas que possuem o comitê, e o valor “0” para as demais	(Burke et al., 2019; Michelon & Parbonetti, 2012; Ionel - Alin et al., 2012)

Fonte: dados da pesquisa (2020).

A influência da estrutura de governança e das características institucionais, na qualidade do disclosure ambiental, foi verificada por meio da análise de regressão linear múltipla, construída a partir das variáveis apresentadas na Tabela 2, em que a qualidade do disclosure ambiental é a variável dependente e a composição da GC são as variáveis independentes.

Para mensuração da qualidade do disclosure ambiental das empresas, foi feita uma análise dos relatórios de sustentabilidade que seguem o padrão GRI. Acerca da pontuação atribuída ao disclosure dos indicadores ambientais da GRI, nos relatórios de sustentabilidade, adotou-se uma métrica, que leva em conta a qualidade da informação, adaptada dos estudos de Chen, Feldman e Tang (2015) e Skouloudis, Evangelinos e Kourmousis. (2010), como mostra a Tabela 3.

Tabela 3

Qualidade do Disclosure Ambiental

Pontuação	Qualidade do Disclosure
0	Quando o indicador não for reportado
1	Afirmarções breves e genéricas, sem dados numéricos, indicando um baixo nível de evidenciación
3	Afirmarções um pouco mais detalhadas, com apresentação de dados numéricos simples, indicando um nível médio de evidenciación. Pontuação aplicada ainda aos casos em que o indicador não é necessário à empresa, sem maiores explicações/ justificativas.
5	Afirmarções mais detalhadas, com informações quantitativas e qualitativas, incluindo categorias e metas e possibilitando a comparação de dados, indicando um alto nível de evidenciación. Pontuação aplicada ainda aos casos em que o indicador não é necessário à empresa, com explicações/justificativas

Fonte: Elaborada pelos autores, com base em Chen et al. (2015) e Skouloudis et al. (2010).

Com base na métrica da Tabela 3, após o levantamento de todas as informações divulgadas, foi mensurada a qualidade do disclosure socioambiental (DISC): proporção do somatório dos pontos obtidos na análise, em relação ao total de pontos possíveis. Como são 32 indicadores ambientais que podem ser divulgados, o máximo de pontos que um relatório pode possuir é 160.

Para a análise dos dados, foram aplicadas técnicas de estatística descritiva, regressão, testou-se os pressupostos de normalidade dos resíduos, multicolinearidade, homocedasticidade e ausência de autocorrelação serial, obtendo-se resultados satisfatórios (Rêgo et al., 2018). Ainda foram realizados os testes de Durbin-Watson, Kolmogorov-Smirnov, anova e coeficientes, não padronizados e padronizados. Para a aplicação dos testes, foi utilizado o software *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados, se inicia pela estatística descritiva das variáveis Disclosure, o Tamanho do Conselho, a Independência do Conselho e o Número de Reuniões do Conselho de Administração. No que diz respeito a estas variáveis, pode-se observar a Tabela 4.

Em relação ao Disclosure, conforme a metodologia de Chen et al. (2015), e Skouloudis et al. (2010), o valor máximo que as empresas poderiam alcançar seria de 160 pontos, desde que estivessem divulgando todos os indicadores do GRI e se os mesmos possuísem informações detalhadas, tanto qualitativas como quantitativas. Após as análises, a média das divulgações ficou em 48,37 (30,23%). O mínimo apresentou 4 e o máximo foi de 122. A média apresentou um leve aumento, em comparação com os achados de Rêgo et al. (2018), que registrou uma média de divulgação dos indicadores socioambientais de 30,18%, com base nos relatórios de 2014. Ainda segundo os autores, o baixo nível de divulgação pode estar relacionado ao nível de complexidade do padrão GRI, pois o mesmo abrange diversos aspectos ambientais.

Tabela 4

Estatística Descritiva

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Disclosure	76	4	122	48,3684	26,50174
TC	76	5	15	8,4474	2,19936
IC	76	0	12	3,1118	2,38131
Número de Reuniões	76	1	31	9,4474	6,13274
N válido (de lista)	76				

Fonte: dados da pesquisa (2020).

No que se refere ao Tamanho do Conselho (TC), a média apresentou 8 conselheiros, tendo como limite máximo 15 membros, e mínimo de 5. Os resultados da regressão revelaram que o TC não apresentou significância, para afirmar que está relacionado com a divulgação ambiental das empresas. Resultados similares foram obtidos por Lakhali (2005), Said, Zainuddin e Haron (2009), Galbreath (2011), Aburaya (2012), Ionel - Alina et al. (2012), Michelin e Parbonetti (2012), Rao, Tilt e Lester (2012), Saha e Akter (2013), Giannarakis (2014) e Rêgo et al. (2018), em relação às divulgações voluntárias. Com isso, os argumentos teóricos apresentados anteriormente, que um conselho de administração numeroso pode impactar negativamente a divulgação ambiental, não se confirmou, fazendo com que a hipótese **H₁** não possa ser suportada.

Em relação a Independência do Conselho, a média registrada foi de 3 conselheiros independentes, com um máximo de 12 e o mínimo de 0. Após realizados os testes estatísticos, a variável não apresentou significância. Este resultado é semelhante ao dos achados de Lakhali (2005), Said et al. (2009), Galbreath (2011), Saha e Akter (2013) e Janggu, Darus, Zain e Sawani (2014), no que diz respeito às divulgações voluntárias. Portanto, os argumentos teóricos apresentados anteriormente, de que um conselho de administração mais independente pode impactar positivamente a divulgação ambiental, não se confirmou, fazendo com que a hipótese **H₂** não possa ser sustentada.

No que diz respeito ao Número de Reuniões, registrou-se a média de 9, com o máximo de 31 e um mínimo de 1 reunião por ano. Após a realização da regressão, a variável não apresentou significância. Este resultado é semelhante ao encontrado por Karamanou e Vafeas (2005) e Giannarakis (2014). Dessa forma, os argumentos teóricos apresentados anteriormente, de que o número de reuniões do conselho de administração pode impactar positivamente a divulgação ambiental, não se confirmou, fazendo com que a hipótese **H₄** não possa ser suportada. Segundo Giannarakis (2014), o número de reuniões não apresenta papel substancial, porque o conselho de administração é responsável apenas pela responsabilidade no nível político, não pela implementação ou divulgação.

Com a análise descritiva de 3 das 5 variáveis independentes concluída, segue-se para os pressupostos realizados, conforme a Tabela 5, para os resultados encontrados das outras duas variáveis, ou seja, a presença de Mulheres no Conselho de Administração e a existência de um Comitê de Sustentabilidade.

Tabela 5

Pressupostos da Regressão

Estatísticas de colinearidade		Durbin-Watson	Kolmogorov-Smirnov			Pesarán -Pesarán
Tolerância	VIF		Estatística	df	Sig.	
0,999	1,001	2,018	0,078	76	0,2	0,606
0,999	1,001					

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Conforme Cunha e Coelho (2014) apud Rêgo (2017), para valores de VIF (*Variance Inflation Factor*) compreendidos entre 1 e 10, existe multicolinearidade aceitável para o modelo, sendo os valores problemáticos apenas acima de 10. Portanto, o modelo não apresenta problemas de multicolinearidade, atendendo ao referido pressuposto. Considerando as estatísticas de Tolerância (*tolerance*) e VIF, a multicolinearidade é aceitável, passando no pressuposto.

O pressuposto da ausência de autocorrelação serial, é verificado pela estatística de Durbin-Watson, em que foi registrado o resultado de 2,018. Quando fica próximo de 2, indica ausência de correlação serial.

O pressuposto da normalidade, foi verificado através do Teste de Kolmogorov-Smirnov (K-S) e do Teste de Shapiro-Wilk. Para Fávero, Belfiore, Silva e Chan (2009) apud Carmo e Carmo (2014), o teste de Shapiro-Wilk é mais adequado a pequenas amostras ($n < 30$), sendo que para amostras maiores, utiliza-se o Teste K-S. O teste indica que as variáveis seguem distribuições normais, pois o sig. ficou acima de 5%.

O pressuposto da homocedasticidade, foi verificado utilizando o teste Pesarán-Pesarán, com o objetivo de apurar se a variância dos resíduos se mantém constante em todo o espectro de variáveis independentes, conforme Cunha e Coelho (2014) apud Rêgo (2017), neste caso como o sig. é maior que 5% (0,606), os resíduos são homocedásticos, atendendo ao pressuposto.

Verificando o Rquadrado (R^2) da regressão de 12,3%, representa-se o poder explicativo do modelo. Neste caso, é considerado o R^2 pois apenas uma variável foi significativa, conforme demonstrado na Tabela 6. Mas como será incluída a Dummy posteriormente, se tornará uma múltipla, com duas variáveis, assim utiliza-se o R^2 ajustado de 11,1%.

A tabela do Anova, representa que o modelo como um todo é significativo, pois o nível de significância (sig.) de 0,002 é menor que 5%.

Tabela 6
ANOVAb

	Modelo	Soma dos Quadrados	df	Erro Quadrático Médio	F	Sig.
1	Regressão	9,226	1	9,226	10,380	,002
	Residual	65,774	74	,889		
	Total	75	75			

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Com os pressupostos validados, segue-se para a análise da presença de mulheres no conselho de administração. A Tabela 7, dos coeficientes da regressão, indica que apenas a variável MC (Mulheres no Conselho) é estatisticamente significativa ao nível de 5%, pois sig. é de 0,002.

No que se refere a Mulheres no Conselho (MC), a média apresentou 1 conselheira, tendo como máximo, 4 mulheres participantes e mínimo de 0 (zero). Os resultados da regressão revelaram que o MC apresentou significância para afirmar que mais diretoras no conselho, influenciam positivamente a divulgação de informações ambientais, nos relatórios de sustentabilidade.

Resultados similares foram obtidos por Rao et al. (2012), o qual, sugerem que, à medida que a porcentagem de conselheiras em conselhos de grandes empresas aumenta, a divulgação ambiental também aumenta. Essas descobertas mostram que os conselhos que incluem diretores independentes e mulheres, provavelmente têm uma influência positiva nos relatórios ambientais das empresas, o que é importante para as partes interessadas mais amplas e para o público em geral (Rao et al., 2012).

No estudo de Glass, Cook & Ingersoll (2016), foi investigado o impacto que as mulheres líderes têm nas estratégias ambientais corporativas das organizações, e constatou-se que as mulheres que participam como diretoras em outros conselhos, serão mais proativas na defesa de práticas e políticas pró-meio ambiente. Segundo Sealy, Singh e Vinnicombe et al. (2007), é importante ressaltar que as mulheres membros do conselho, são mais propensas do que os homens a servirem em vários conselhos e, portanto, desfrutam de um maior número de interligações.

O estudo de Bravo e Alvarado (2019), analisou o vínculo entre a representação feminina nos comitês de auditoria e os atributos de informações específicas das divulgações ambientais, sociais e de governança. Concluíram que a presença de mulheres no CA, influencia a abrangência e a relevância das informações sobre as questões ambientais, sociais e de governança.

Tabela 7

Coefficiente

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
1 (Constante)	,000	,108		,000	1,000
Zscore (MC)	,351	,109	,351	3,222	,002

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Conforme a Tabela 7, a presença de mulheres no conselho de administração é significativa, com isso, a afirmação de que um número maior de diretoras no conselho impacta positivamente a divulgação de informações ambientais, nos relatórios de sustentabilidade, pode ser confirmada e assim a hipótese **H₃** pode ser suportada.

Após a confirmação da hipótese 3 e rejeição das hipóteses 1, 2 e 4, parte-se para a análise da presença de um Conselho de Sustentabilidade na empresa.

4.1 Modelo incluindo a variável dummy

Com a inclusão da variável Dummy (Conselho de Sustentabilidade), o poder explicativo do modelo melhorou para 14,4% (R quadrado ajustado), demonstrando influência na variável dependente.

Tabela 8

ANOVA

Modelo	Soma dos Quadrados	df	Erro Quadrático Médio	F	Sig.
1 Regressão	12,536	2	6,268	7,325	,001
Residual	62,464	73	,856		
Total	75,000	75			

Fonte: dados da pesquisa (2020).

O nível de significância do modelo também melhorou, de 0,002 para 0,001 e as duas variáveis (MC e D_C_S), são estatisticamente significativas ao nível de 5%.

Tabela 9

Coefficiente

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
1 (Constante)	-,273	,175		-1,563	,122
Zscore (MC)	,344	,107	,344	3,220	,002
D C S	,433	,220	,210	1,967	,050

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Conforme os cálculos apresentados, a presença do Comitê de Sustentabilidade auxilia na melhoria da divulgação ambiental das empresas. Estes resultados, são semelhantes aos achados de Spitzack (2009), que estudou as empresas britânicas, Walls, Berrone e Phan (2012) e Amran et al. (2014), que pesquisou as empresas da região da Ásia-Pacífico, Arena, Bozzolan e Michelin (2015), Liao et al. (2015), que avaliou a divulgação ambiental em empresas do Reino Unido, Al-Shaer e Zaman (2017) e o estudo de Hussain et al. (2018), que encontrou um nível de significância de 1% em empresas dos EUA, Kılıç & Kuzey (2019) e Adel, Hussain, Mohamed & Basuony (2019).

Com os resultados encontrados, a afirmação de que a existência do comitê de sustentabilidade afeta positivamente a divulgação de informações ambientais, nos relatórios de sustentabilidade, pode ser confirmada e a hipótese **H₅**, pode ser suportada.

Estes resultados, mostram que manter um comitê responsável pela divulgação ambiental, interfere nas divulgações em relatórios de sustentabilidade. Com isso, é importante definir as estratégias para adotar as melhores práticas de sustentabilidade, tornando-as de qualidade e isso refletirá nos relatórios divulgados e assim a organização consegue transmitir suas intenções para se legitimar (Amran et al, 2014). O objetivo do comitê, é planejar sistematicamente as políticas ambientais na organização, semelhante ao comitê de auditoria, ou seja, ele garante a divulgação das informações, de maneira apropriada (Liao et al., 2015).

5 CONCLUSÕES

O entendimento amplo de como a estrutura de governança corporativa pode impactar as divulgações ambientais, nas organizações, é um dos grandes desafios dos estudos da contabilidade. Assim, esta pesquisa buscou contribuir para esta relevante temática, por intermédio da análise das divulgações ambientais, em relatórios de sustentabilidade. O objetivo deste estudo, foi levantar a discussão sobre a eficácia com que a Governança Corporativa está sendo aplicada, nos conselhos de administração das empresas, mostrando como diversos aspectos podem interferir na divulgação de informações da esfera ambiental.

Conforme o objetivo da presente pesquisa, verificou-se a relação existente entre as características do conselho de administração, como: o tamanho do conselho, independência do conselho, mulheres no conselho, número de reuniões do conselho, por ano, e a existência de um comitê de sustentabilidade, para estabelecer a relação com a divulgação ambiental, nos relatórios de sustentabilidade. De acordo com os resultados, apenas as variáveis mulheres no conselho e a presença de um comitê de sustentabilidade mostraram ser significativos, na amostra selecionada.

Os achados mostraram que a presença de mulheres, no conselho de administração, pode influenciar a divulgação de informações ambientais, nos relatórios de sustentabilidade, pois conforme os autores citados, a diversidade de gênero no conselho de administração, deve ser estimulada, gerando assim, mais opiniões e visão sobre o que deve ser praticado internamente na organização, e como isso deve ser divulgado para as partes interessadas. A presença de um comitê de sustentabilidade ou diretor de RSC, também se mostrou relevante, pois o conselho de administração não possui ação direta na divulgação de informações ambientais no relatório de sustentabilidade, porém quando se tem um comitê específico, para analisar e verificar todas as ações ambientais que a empresa realiza, a sua divulgação será mais precisa, mostrando realmente o que ocorre internamente na organização.

Com base nas características encontradas na amostra selecionada, ou seja, empresas com baixo nível de divulgação ambiental nos relatórios de sustentabilidade sugere-se que estas estimulem a diversidade de gênero, no conselho de administração, e ainda, que busquem implantar um comitê responsável, para cuidar desta esfera que assume maior relevância, a cada dia, para os *Stakeholders*.

A limitação desta pesquisa está relacionada ao corte temporal, pois foi analisado apenas um relatório de sustentabilidade (2018), de cada empresa pertencente a amostra e utilizou-se como base, apenas as empresas que divulgaram os relatórios de sustentabilidade nos padrões do GRI. Neste sentido, conclui-se que os resultados não devem ser generalizados, pois a amostra foi baseada em empresas brasileiras de grande porte. Sendo assim, para futuras pesquisas, sugere-se um aprofundamento e ampliação das variáveis relacionadas aos elementos do conselho de administração, bem como, aumento das opções de relatórios para análise, utilizando também empresas que divulgam em outros padrões, além do GRI.

REFERÊNCIAS

- Aburaya, R. R. (2012) The Relationship Between Corporate Governance And Environmental Disclosure: UK Evidence, Durham theses, Durham University. Available at Durham E-Theses Online: <http://etheses.dur.ac.uk/3456/>
- Adel, C., Hussain, M. M., Mohamed, E. K., & Basuony, M. A. (2019). Is corporate governance relevant to the quality of corporate social responsibility disclosure in large European companies? *International Journal of Accounting & Information Management*, 27(2), 301-332.
- Aguilera, R. V., & Cuervo-Cazurra, A. (2004). Codes of good governance worldwide: what is the trigger? *Organization studies*, 25(3), 415-443.
- Aguilera, R. V., Desender, K., Bednar, M. K., & Lee, J. H. (2015). Connecting the dots: Bringing external corporate governance into the corporate governance puzzle. *The Academy of Management Annals*, 9(1), 483-573.
- Allegrini, M., & Greco, G. (2013). Corporate boards, audit committees and voluntary disclosure: Evidence from Italian listed companies. *Journal of Management & Governance*, 17(1), 187-216.
- Al-Shaer, H., & Zaman, M. (2017). CEO compensation and sustainability reporting assurance: Evidence from the UK. *Journal of Business Ethics*, 1-20.
- Amran, A., Lee, S. P., & Devi, S. S. (2014). The influence of governance structure and strategic corporate social responsibility toward sustainability reporting quality. *Business Strategy and the Environment*, 23(4), 217-235.
- Andrade, L. P., Salazar, G. T., Calegário, C. L. L., & Silva, S. S. (2009). Governança corporativa: uma análise da relação do conselho de administração como valor de mercado e desempenho das empresas brasileiras. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 10(4), 4-31.
- Arena, C., Bozzolan, S., & Michelon, G. (2015). Environmental reporting: Transparency to stakeholders or stakeholder manipulation? An analysis of disclosure tone and the role of the board of directors. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22(6), 346-361.
- Bart, C., McQueen, G., 2013. Why women make better directors? *Int. J. Bus. Gov. Ethics* 8, 93e99.
- Benites, L. L. L., & Polo, E. F. (2013). A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. *Revista de Administração da UFSM*, 6, 195-210.
- Beuren, I. M., Longaray, A. A., Raupp, F. M., Sousa, M. A. B. D., Colauto, R. D., & Porton, R. A. D. B. (2009). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 3 ed. -4. reimpr. São Paulo: Atlas.
- Bomfim, E. T. D., Teixeira, W. D. S., & Monte, P. A. D. (2015). Relação entre o disclosure da sustentabilidade com a governança corporativa: um estudo nas empresas listadas no Ibrx-100. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 10(1).
- Bowen, H. R.; Johnson, F. E. Social responsibility of the businessman. Harper, 1953.
- Bravo, F., & Alvarado, N. R. (2019). Sustainable development disclosure: Environmental, social, and governance reporting and gender diversity in the audit committee. *Business Strategy and the Environment*, 28(2), 418-429.
- Burke, J. J., Hoitash, R., & Hoitash, U. (2019). The heterogeneity of board-level sustainability committees and corporate social performance. *Journal of Business Ethics*, 154(4), 1161-1186.
- Carmo, C. R. S., & Carmo, R. D. O. S. (2014). Motivação para aprendizagem no ensino superior: um estudo envolvendo o estágio curricular, alunos da modalidade presencial e alunos do curso a distância. *Cadernos da FUCAMP*, 13(18).

- Carter, DA, Simkins, BJ e Simpson, WG (2003). Governança corporativa, diversidade do conselho e valor da empresa. *Análise financeira*, 38 (1), 33-53.
- Chen, L., Feldmann, A., & Tang, O. (2015). The relationship between disclosures of corporate social performance and financial performance: evidences from GRI reports in manufacturing industry. *International Journal of Production Economics*, 170(Part B), 445-456.
- Cormier, D., Ledoux, M. J., & Magnan, M. (2011). The informational contribution of social and environmental disclosures for investors. *Management Decision*, 49(8), 1276-1304.
- Cunha, J. V. A.; Coelho, A. C. Regressão linear múltipla In: Corrar, L. J.; Paulo, E.; Dias Filho, J. M. (Org.). *Análise multivariada para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas, 2014. p. 73-129.
- Cunha, J. V. A., & Ribeiro, M. (2008). Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. *Revista de Administração-eletrônica*, 1(1), 1-23.
- CVM – Comissão de Valores Mobiliários. *Instrução CVM nº 586*, de 08 de Junho de 2017. Recuperado de <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/500/inst586.pdf>.
- Dal Vesco, D. G. (2013). Relação da estrutura de propriedade e da composição de board of directors com o desempenho de empresas brasileiras. Tese de Doutorado, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, Brasil.
- Eisenhardt, K. M. (2015). Teoria da Agência: Uma Avaliação e Revisão. *RGC-Revista de Governança Corporativa*, 2(1).
- Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. D., & Chan, B. L. (2009). Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões.
- Ferreira, T. C. (2018). Impactos e desafios da construção civil brasileira para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Frias-Aceituno, J. V., Rodriguez-Ariza, L., & Garcia-Sanchez, I. M. (2013). The role of the board in the dissemination of integrated corporate social reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(4), 219-233.
- Galbreath, J. (2011). Are there gender-related influences on corporate sustainability? A study of women on boards of directors. *Journal of Management & Organization*, 17(1), 17-38.
- Glass, C., Cook, A., & Ingersoll, A. R. (2016). Do women leaders promote sustainability? Analyzing the effect of corporate governance composition on environmental performance. *Business Strategy and the Environment*, 25(7), 495-511.
- Giannarakis, G. (2014). Corporate governance and financial characteristic effects on the extent of corporate social responsibility disclosure. *Social Responsibility Journal*, 10(4), 569-590.
- Gondrige, E. O., Clemente, A., & Espejo, M. M. D. S. B. (2012). Estrutura do conselho de administração e valor das companhias brasileiras. *BBR-Brazilian Business Review*, 9(3), 72-95.
- Hussain, N., Rigoni, U., & Orij, R. P. (2018). Corporate governance and sustainability performance: Analysis of triple bottom line performance. *Journal of Business Ethics*, 149(2), 411-432.
- IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2017). Orientações sobre comitês de auditoria: melhores práticas no assessoramento ao conselho de administração. / Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. São Paulo, SP: IBGC/IBRACON, 2017. 88p. Recuperado de <https://conhecimento.ibgc.org.br/Lists/Publicacoes/Attachments/23485/Publicacao-IBGCOrienta-ComiteAuditoria-2017.pdf>

- Jangu, T., Darus, F., Zain, M. M., & Sawani, Y. (2014). Does good corporate governance lead to better sustainability reporting? An analysis using structural equation modeling. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 145, 138-145.
- Jensen, MC (1993). A revolução industrial moderna, a saída e a falha dos sistemas de controle interno. *the Journal of Finance*, 48 (3), 831-880.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360.
- Kao, F. (2016) Práticas de governança corporativa em empresas brasileiras e impactos socioambientais. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Karamanou, I., & Vafeas, N. (2005). The association between corporate boards, audit committees, and management earnings forecasts: An empirical analysis. *Journal of Accounting research*, 43(3), 453-486.
- Kılıç, M., & Kuzey, C. (2019). The effect of corporate governance on carbon emission disclosures: Evidence from Turkey. *International Journal of Climate Change Strategies and Management*, 11(1), 35-53.
- Lakhal, F. (2005). Voluntary earnings disclosures and corporate governance: Evidence from France. *Review of Accounting and Finance*, 4(3), 64-85.
- Li, J., Pike, R., & Haniffa, R. (2008). Intellectual capital disclosure and corporate governance structure in UK firms. *Accounting and Business Research*, 38(2), 137-159.
- Liao, L., Luo, L., & Tang, Q. (2015). Gender diversity, board independence, environmental committee and greenhouse gas disclosure. *The British Accounting Review*, 47(4), 409-424.
- Lipton, M., & Lorsch, JW (1992). Uma proposta modesta para melhorar a governança corporativa. *O advogado de negócios*, 59-77.
- Lorenzo, J. M. P., & Sanchez, I. M. G. (2010). The role of the board of directors in disseminating relevant information on greenhouse gases. *Journal of business ethics*, 97(3), 391-424.
- Mantovani, F. R., Jael, A., Lee, A., Bezerra, I., & dos Santos, R. B. (2017). Relato Integrado: Uma análise da evidenciação dos capitais de uma empresa brasileira de grande porte. *Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)*, 4(1), 30-45.
- Matos, M. F., & Góis, C. G. (2013). Características do conselho de administração e divulgação de responsabilidade social corporativa—Estudo das empresas na bolsa de valores de Lisboa. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 3(2), 03-23.
- McKendall, M., Sánchez, C., & Sicilian, P. (1999). Corporate governance and corporate illegality: The effects of board structure on environmental violations. *The International Journal of Organizational Analysis*, 7(3), 201-223.
- Michelon, G., & Parbonetti, A. (2012). The effect of corporate governance on sustainability disclosure. *Journal of Management & Governance*, 16(3), 477-509.
- Moreira, N. B., Gomes, S. M. S., Dias Filho, J. M., & Conceição, M. G. (2014). Fatores que Impactam a Divulgação Voluntária de Informações Socioambientais na Percepção dos Gestores. *REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 4(1).
- Naciti, V. (2019). Corporate governance and board of directors: the effect of a board composition on firm sustainability performance. *Journal of Cleaner Production*, 237, 117727.
- Post, C., Rahman, N., & McQuillen, C. (2015). From board composition to corporate environmental performance through sustainability-themed alliances. *Journal of Business Ethics*, 130(2), 423-435.

- Rao, K. K., Tilt, C. A., & Lester, L. H. (2012). Corporate governance and environmental reporting: an Australian study. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 12(2), 143-163.
- Rêgo, B. P. (2017). Governança corporativa e disclosure socioambiental nas companhias listadas na BM&BOVESPA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Rêgo, B. P., de Vasconcelos, A. C., & dos Santos, J. G. C. (2018). Efeitos da Estrutura de Governança Corporativa e das Características Institucionais no Disclosure Socioambiental. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 17(3), 344-372.
- Reverte, C. (2009). Determinants of corporate social responsibility disclosure ratings by Spanish listed firms. *Journal of business ethics*, 88(2), 351-366.
- Ricart, J. E., Rodríguez, M. A., & Sánchez, P. (2005). Sustentabilidade na sala de reuniões: um exame empírico dos líderes do Índice Mundial de Sustentabilidade Dow Jones. *Governança corporativa: a revista internacional de negócios na sociedade*, 5 (3), 24-41.
- Rodrigue, M., Magnan, M., & Cho, C. H. (2013). Is environmental governance substantive or symbolic? An empirical investigation. *Journal of Business Ethics*, 114(1), 107-129.
- Saha, A. K., & Akter, S. (2013). Corporate governance and voluntary disclosure practices of financial non-financial sector companies in Bangladesh. *Journal of Applied Management Accounting Research*, 11(2), 45-61.
- Said, R., Hj Zainuddin, Y., & Haron, H. (2009). The relationship between corporate social responsibility disclosure and corporate governance characteristics in Malaysian public listed companies. *Social Responsibility Journal*, 5(2), 212-226.
- Santos, L. M. D. S., Santos, M. I. D. C., & Leite Filho, P. A. M. (2019). A Influência da Diversidade de Gênero, no Comitê de Auditoria, na Evidenciação de Informações Ambientais das Empresas Listadas na B3.
- Sealy, R., Singh, V., & Vinnicombe, S. (2007). The female FTSE report 2007: A year of encouraging progress.
- Silveira, A. D. M. D. (2002). Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Silveira, A. D. M. D. (2010). Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática.
- Skouloudis, A., Evangelinos, K., & Kourmouis, F. (2010). Assessing non-financial reports according to the Global Reporting Initiative guidelines: evidence from Greece. *Journal of Cleaner Production*, 18, 426-438.
- Spitzeck, H. (2009). The development of governance structures for corporate responsibility. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 9(4), 495-505.
- Vafeas, N. (1999). Frequência das reuniões da diretoria e desempenho da empresa. *Jornal de economia financeira*, 53 (1), 113-142.
- Walls, J. L., Berrone, P., & Phan, P. H. (2012). Corporate governance and environmental performance: Is there really a link? *Strategic Management Journal*, 33(8), 885-913.
- Zhang, J. Q., Zhu, H., & Ding, H.-B. (2013). Board composition and corporate social responsibility: An empirical investigation in the post Sarbanes-Oxley era. *Journal of Business Ethics*, 114(3), 381-392.